

## **COMUNICADO ESPECIAL DE 08 DE JULHO DE 2012**

### **Sumário**

1 - Avaliação de Conjuntura	01-03
2 - Encaminhamentos	04

### **INTENSIFICAR A GREVE CONTRA A INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO**

Completados 52 dias do início da greve nas Instituições Federais de Ensino (IFE), deflagrada no dia 17 de maio de 2012 pelos docentes, o movimento se expandiu para 60 universidades, 02 centros tecnológicos, 36 institutos federais e o Colégio Pedro II. Com as greves dos estudantes e dos servidores técnico-administrativos registramos a maior greve da área da educação pública federal no país.

Isso mostra que a nossa luta pela reestruturação da carreira com recomposição do piso e por melhores condições de trabalho tem plena adesão da comunidade universitária e uma forte solidariedade da classe trabalhadora brasileira, dada a receptividade da sociedade e a ocupação de espaços na mídia. Esse panorama fortalece a luta por uma educação como direito de todos e dever do Estado e uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

As atividades conjuntas dos comandos de greve dos docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos se intensificaram. Em Brasília, o CNG realizou na segunda-feira (02/07) o “café da manhã” defronte ao MPOG onde protocolou carta dirigida ao Secretário de Relações do Trabalho (SRT/MP), Sérgio Mendonça (que se negou a receber o CNG), cobrando a proposta do governo e o agendamento da data em que ela será apresentada.

No dia seguinte, o CNG participou de ato organizado pelo movimento estudantil, onde uma comissão dos comandos nacionais de greve do ANDES, Sinasefe, Fasubra e dos estudantes foi recebida pelos titulares da SESU, SETEC e Secretaria Executiva Adjunta do MEC. Nessa oportunidade, foi exigida a abertura de negociações.

A semana foi coroada no sábado (07/7/2012) com uma reunião dos CNG do ANDES, SINASEFE, FASUBRA e dos estudantes, para avaliação da greve no setor da educação e para debate sobre as condições de trabalho.

Esse crescimento do movimento paredista, as ações conjuntas das categorias da educação, a expansão das greves em todo o serviço público federal e a legitimidade conquistada junto à sociedade levou o Governo à frustrada tentativa de esvaziar o movimento docente, ao convidar a direção do ANDES-SN para um encontro na SESU **“sem caráter de negociação da nossa pauta de reivindicações e sem a divulgação à imprensa e às bases do Sindicato”**. Mais descabido ainda foi o pedido de se dar uma **“trégua na greve”**, **como condicionante para o governo** abrir negociações efetivas.

A firmeza do CNG-ANDES em não aceitar o segundo pedido de trégua (o primeiro foi feito pelo Secretário da SRT na reunião de 12/06/2012) teve imediata reação no dia seguinte pela manhã (06/07/2012), com o envio pelo MPOG aos dirigentes das IFE da mensagem nº 552047, na qual dá orientações para o corte de ponto dos grevistas. A greve é forte e este tipo de ação não deve intimidar os professores, devendo ficar claro que os dirigentes da IFE não tem poder para cortar o ponto, e não estão obrigados a encaminharem lista de grevistas ao MPOG.

Essa etapa de endurecimento explícito dirige-se ao conjunto dos movimentos grevistas no serviço público federal, numa tentativa de intimidação. Mas a intransigência em não negociar tem como resultado a ampliação da greve. Segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), fora o setor da educação, em 04/07/2012, já estavam em greve outros 31 setores do serviço público federal.

Além de não abrir negociações e endurecer com os grevistas, o governo usa a tática de deslegitimar as reivindicações dos servidores públicos federais perante a opinião pública trazendo argumentos de natureza econômica aos meios de comunicação. Aproveita-se de uma crise de relações capitalistas globais, cujo epicentro atualmente atinge a Europa, para sinalizar que, para a crise não atingir o Brasil, é necessária a adoção do mesmo receituário proposta para os países europeus, qual seja, a manutenção dos altos lucros do sistema financeiro mediante a redução dos gastos sociais.

Ao quadro de achatamento salarial, o governo federal impõe, através do REUNI, um processo de expansão do sistema federal de ensino (em matrículas e em número de IFE) com financiamento e infraestrutura insuficientes e com quadros de pessoal muito abaixo do necessário para atender o aumento das



## ***Comando Nacional de Greve***

novas vagas, aprofundando o processo de precarização das condições de trabalho docente e o distanciamento ao princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o baixo financiamento degrada as condições objetivas para a permanência dos estudantes nas IFE, principalmente com a execução do REUNI em que houve uma expressiva expansão da inserção de estudantes oriundos de segmentos pauperizados da classe trabalhadora brasileira.

Assim, a luta que travamos neste momento histórico vai muito além da melhoria salarial. Trata-se, efetivamente, da defesa da Educação como um direito de todos e um dever do Estado.

Depois de 52 dias de greve sem qualquer disposição de negociação por parte do governo federal e ameaças ao direito de greve do trabalhador, devemos dar como resposta ao governo Dilma a intensificação de nossa greve.

As próximas Assembleias Gerais devem reafirmar a nossa pauta de reivindicações e buscar as ações unificadas locais e nacionais não só com os trabalhadores da educação pública federal e os estudantes, mas com todo o serviço público federal.

**SEM ENROLAÇÃO: NEGOCIA DILMA!**

### **Encaminhamentos**

- Para a próxima semana, fortalecer nas IFE a unidade e força do movimento, e ir às ruas, em atos unificados, procurando dar visibilidade ao movimento e expor a intransigência do governo em não abrir negociações.
- Trazer como mote dos atos de rua o tema “Copa do Mundo”, com os bilhões em gastos, com pífio controle, em estádios e outras obras urbanas que além de favorecerem em demasia o empresariado da construção civil promovem a remoção de famílias para áreas distantes de seus locais de trabalho e com carência de serviços urbanos. Para isso, realizar atividades de alto impacto visual e comunicativo e produzir materiais de divulgação contrapondo esses gastos com aqueles realizados nas áreas de educação e saúde.
- Produzir materiais explicitando a comparação entre os salários dos professores e de outras categorias do serviço público federal, o crescimento das matrículas e o número de professores, e a degradação das condições de trabalho.
- Produzir materiais mostrando o gasto com dívida pública e os investimentos nas áreas sociais, nas duas últimas décadas.
- Dialogar com a ANDIFES, através de seus Reitores, uma maior pressão junto ao governo federal para abertura de negociações e um posicionamento pelo não acatamento das orientações do MPOG com respeito ao “corte de ponto” dos servidores grevistas.
- Reforçar as ações de protesto em atos públicos que contem com a participação de membros do primeiro escalão do governo e candidatos a prefeito.
- Fazer gestões junto aos parlamentares nos Estados para angariar apoio a nossas reivindicações.

**A GREVE É FORTE. A LUTA É AGORA!**